

A apropriação retórica da ideia de terrorismo

The Rhetoric Appropriation of the Terrorism Idea

Ana Carolina Felix Campos
Paula Cirino Ribeiro Caetano
Rafaella Carnevali
Stefânia Rezende Moreira
Thaís Caxito Melo
Victor Castro de Araújo

Resumo

Este artigo propõe-se a apresentar a relação existente entre o desespero ontológico, decorrente da extrema racionalização do Ocidente, e a construção retórica da identidade estadunidense, após os ataques do 11 de Setembro de 2001. Assume-se que tal construção se deu através da rejeição de tudo aquilo que representava o "OUTRO" (grupos terroristas e regimes antidemocráticos que os apoiavam) em contraposição à noção do "EU" (democrático e defensor das causas liberais). Para tanto, lança-se mão do arcabouço teórico filosófico acerca da substituição do mito simbólico em mito significante, bem como da perspectiva pós-estruturalista das Relações Internacionais, que enxerga a linguagem como responsável pela formação da identidade nacional.

Palavras-Chave: identidade estadunidense, desespero ontológico, mito, pós-estruturalismo, terrorismo, discurso, retórica.

Abstract

This article aims to present the relationship between the ontological despair, arising from extreme rationalization of the West, and the rhetorical construction of American identity, after the attacks of September 11th, 2001. It is assumed that such a construction was given by the rejection of everything that represented the "OTHER" (terrorist groups and undemocratic regimes that supported them) as opposed to the notion of "I" (democratic and advocate of liberal causes). For both, launches hand of theoretical philosophical framework to do the replacement of symbolic myth to significant myth as well as the post-structuralist perspective of International Relations, which sees language as responsible for the formation of identity.

Keywords: american identity, ontological despair, myth, post-structuralism, terrorism, speech, rhetoric.

Introdução

O presente artigo pretende estabelecer uma ligação entre o vazio ontológico, característico da modernidade, e a construção retórica de uma identidade coletiva. Essa conexão se dá na medida em que a excessiva racionalização presente na modernidade é responsável por gerar um desespero ontológico que cria momentos propícios para a utilização de meios retóricos. Forja-se a partir daí, um mito significativo, que irá servir como base da identidade nacional dos Estados modernos (GUSDORF, 1980).

Posto isso, pretende-se analisar brevemente a maneira com a qual o governo estadunidense lançou mão de uma retórica discursiva objetivando o reforço da sua identidade após os ataques de 11 de Setembro de 2001. Busca-se, com isso, observar a forma com a qual a reapropriação do termo ‘terrorismo’ foi utilizada pelos Estados Unidos através da negação da noção de “OUTRO” (violento e antidemocrático) em contrapartida a Sua noção de “EU” (defensor das causas liberais e da democracia), para a construção da sua identidade nacional (RESENDE, 2011). Consequentemente, o discurso referido pode ser percebido como um possível instrumento de coesão. Essa retórica só se torna possível na medida em que se observa na sociedade estadunidense, anteriormente aos ataques, a ausência de uma figura de “inimigo” e a substituição do mito simbólico em significativo permitindo, assim, o enfraquecimento da unidade nacional. A sociedade, então, torna-se mais suscetível a apropriar-se dessa construção forjada do mito (CUNHA, 1992).

Dados esses fatores, é importante para a análise em questão compreender o cenário anterior aos atentados de 11 de Setembro de 2001, como também o período até a invasão do Iraque em 2003. Ciente dessa necessidade, o presente trabalho inicia-se com a apresentada as bases gerais da teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais, tendo como foco as dicotomias presentes entre o “EU” a partir da negação do “OUTRO”. Em seguida, é feita uma breve análise de discursos dos presidentes George Bush (“Bush Pai”), ‘Bill’ Clinton e George W. Bush (“Bush Filho”). Utilizou-se apenas pronunciamentos oficiais de maneira a expor a retórica do governo estadunidense do fim da Guerra Fria até pós os ataques do 11 de Setembro para demonstrar como é dada a dicotomia entre o “EU” e o “OUTRO” nesses discursos. Posteriormente, será exposto o argumento filosófico acerca do mito e a justificativa da condição de

desespero ontológico da sociedade moderna. Após, baseando-se nas ferramentas citadas anteriormente, explica-se como o governo estadunidense foi capaz de legitimar a “Guerra ao Terror” pelo uso da retórica-discursiva em seu território. A seguir, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

O Pós-Estruturalismo: as dicotomias da construção do “EU” a partir da negação do “OUTRO” e a representação da realidade pelo discurso.

A teoria Pós-Estruturalista, inspirada na filosofia francesa da década de 60, aplicada à teoria de Relações Internacionais, parte do pressuposto de que a produção de conhecimento tem como objetivo revelar as estruturas de significados presentes nos objetos e/ou fenômenos analisados. Tais estruturas são formadas por zonas instáveis de contradições, movimentos e aporias que, conseqüentemente, são cruciais para a formação de sentido do elemento estudado. Sendo assim, a formação de sentido para os teóricos do pós-estruturalismo se dá de maneira a denunciar quais são essas contradições e aporias (MENDES & FURTADO, 2012).

Mendes e Furtado (2012) explicam:

Conhecer um fenômeno para o Pós-Estruturalismo não significa representar sua lógica estável de funcionamento, e sim, produzir sentido sobre o mesmo levando em conta suas instabilidades e sua inserção no processo de constante movimento que acompanha a consciência da realidade (p.207) ¹.

A teoria enfatiza a linguagem como um sistema de significação responsável pela origem da construção do “eu”. Esse sistema é fundamentalmente um fenômeno social que ocorre por meio de conversas, escritas e discursos. Estes podem ter seus significados modificados ao longo do tempo, variando de contexto para contexto e de pessoa para pessoa, sendo sócio e politicamente (des)construídos (NOGUEIRA, 2001).

O pós-estruturalismo, de acordo com Nogueira (2001), se apresenta como anti-humanista, rejeitando a ideia recorrente de um *self* coerente e unificado. Para essa teoria, o *self* está em cons-

1. Segundo Mendes e Furtado (2012), A realidade para o Pós-Estruturalismo é aquilo que é percebido como real e varia de indivíduo para indivíduo. Portanto, não se pode assim traduzir a realidade apenas em um contexto material em detrimento à percepção do indivíduo.

tante movimento, pois é produto direto da linguagem e das interações sociais. Nesse sentido, é a força construtiva da linguagem aplicada à interação social que dá origem a uma identidade temporária, fragmentada e mutável, tornando-se o foco da mudança, tanto pessoal quanto social. Tendo como base essa ideia, teóricos pós-estruturalistas deslocam seus centros de atenção da pessoa individual para a esfera social, ou seja, as explicações para o mundo social são encontradas olhando-se para o espaço linguístico que o indivíduo compartilha com os outros indivíduos. Assim, a linguagem torna-se o local onde as identidades podem ser modificadas. Conseqüentemente, a experiência pessoal também se torna mutável, já que esta se estrutura por meio da linguagem e, dessa forma, não possui significados fixos.

Consoante Resende (2011), um dos principais pensadores e formadores da crítica pós-estruturalista é Jacques Derridá, que propõe que os significados dos fenômenos e objetos que se pretende analisar não são dados pelas suas essências, mas sim por processos de diferenciação entre os elementos formadores das dicotomias. Ou seja, a produção de conhecimento se dá a partir das contradições presentes nesses fenômenos.

Derridá considera que a realidade é uma construção engendrada a partir de práticas dicotômicas como bem e mal, vida e morte, na qual o discurso privilegia o primeiro elemento em detrimento do outro, considerado indesejável, negativo (RESENDE, 2011). A realidade é então uma representação social determinada a partir do discurso, pois para Resende (2011) “diferentes discursos competem entre si para fixar, estabilizar e naturalizar os sistemas de representação” (p. 49).

Sendo assim, lastreada nos conceito de Jacques Derridá, a realidade social do mundo moderno para os pós-estruturalistas é formada por representações que almejam um sentido de verdade. Ao recorrer à linguagem discursiva, uma representação dessa realidade é formada e “entendida como um texto produzido por práticas discursivas interessadas em criar sistemas de significados que orientem e legitimem a ação política” (RESENDE, 2011, p. 50).

O pós-estruturalista David Campbell é o responsável por aplicar as ideias de Derridá para as Relações Internacionais. Segundo este autor, os discursos de política externa reproduzem a identidade de um Estado e assim reafirmam sua existência no Sistema Internacional.

Se a identidade dos “nacionais verdadeiros” permanece intrinsecamente elusiva e “inorgânica”, esta só pode ser assegurada pela demarcação ideológica contínua e efetiva daqueles que são “falsos” para os ideais definidos. (CAMPBELL, 1992, p. 105, tradução nossa).

Quando os mesmos sentem que suas identidades estão sob ameaça, como um meio de autodefesa, perpetuam o medo em sua população através de “discursos de perigo”, a fim de “reforçar fronteiras, excluir o diferente e disciplinarizar o corpo interno com base em representações do que seria a identidade nacional a ser assegurada e protegida” (RESENDE, 2011, p. 82).

Como uma comunidade imaginada, a identidade de um Estado é efeito de performances ritualizadas e de práticas formais que operam em seu nome ou a serviço de seus ideais. Discursos de perigos e os poderes éticos multifacetados de segregação (...) são estimulados pelo ideal regulador do normal/patológico, e que (particularmente sob a forma de Política Externa) estabelecem uma geografia do mal que define os limites de dentro/fora (CAMPBELL, 1992, p. 14, tradução nossa).

Dessa maneira, são as preocupações morais responsáveis por naturalizar o *self* (como normal, saudável, civilizado, ou igualmente positivo) tornando o outro estranho (como patológico, doente, bárbaro, ou igualmente negativo). (CAMPBELL, 1992). A diferença do “OUTRO”, tido como indesejável, torna-se essencial para a afirmação do “EU”/*self* e assim justifica a existência do Estado em si (RESENDE, 2011).

Campbell rejeita a ideia de nação como precedente ao Estado, ou seja, a ideia do nacionalismo como base para a legitimação da existência estatal. O Estado não possui status ontológico, tendo, por isso, a necessidade de se reproduzir constantemente através de discursos, pois sua essência é a identidade e esta não pode ser considerada fixa (RESENDE, 2011).

A política externa torna-se um meio eficaz na reprodução das condições de existência do Estado, pela sua capacidade de construir o externo, a partir da exposição do que está de fora como sendo uma fonte de perigo, legitimando assim a presença da autoridade estatal.

Trata-se de uma prática política para a *produção da diferença*, em relação a atores e eventos, *com base em uma matriz identitária nacional*. E identidade nacional, conforme sustentado por Campbell, não se refere necessariamente às supostas características de uma nação, e sim às *práticas de exclusão, de marginalização, de vigilância*

e de punição que normalizam o corpo interno do Estado (RESENDE, 2011, p. 86, *Grifo nosso*).

Campbell (1992), portanto, entende que a pós- modernidade colocou as identidades nacionais em xeque, enfatizando assim, o papel dos Estados ao utilizarem da política externa como autodefesa, de maneira a garantirem sua própria existência e assegurarem a identidade nacional.

A Análise de Discursos: Do final da Guerra-Fria ao Pós- 11 de Setembro

Segundo Lene Hansen (2006) a linguagem representa um campo da prática social e política, pois por ser ontologicamente significativa, promove a construção de uma identidade particular para as coisas. Nessa perspectiva, torna-se impossível compreender o conceito de identidade sem que se leve em consideração o processo em que esta foi discursivamente construída. Isso porque a percepção/construção da realidade individual está associada a aquilo que o agente apreende dos discursos que lhe são emitidos. Considerando que a linguagem é a única forma de se apreender a realidade, então a construção das identidades é feita dentro de uma estrutura fixa, ou seja, ela é baseada no contexto, atores e interesses envolvidos, em que os elementos discursivos representam um importante papel no entendimento de como essas construções são feitas (LEITE, 2013).

Sendo assim, a linguagem e os discursos são importantes ferramentas para que se torne possível a compreensão da construção da narrativa do “EU” e do “OUTRO”, através de um processo baseado na alteridade e complementaridade. De acordo com Hansen (2006), a segurança possui uma dupla exigência ontológica, pois ao mesmo tempo em que o Estado precisa estar seguro, ele também necessitava da imagem contraposta do “OUTRO” como ameaça a sua identidade, concedendo-lhe uma suposta segurança ontológica (LEITE, 2013). Dessa maneira, ao reconhecer o “OUTRO” como aquele que está do lado de fora, torna-se possível uma reafirmação da identidade daquele que está do lado de dentro, o “EU”.

Leite (2013) ressalta que esta diferenciação nem sempre deve ser considerada como sinônimo de uma negação radical do “OUTRO”. Robert Walker (1993) desenvolve o argumento quanto à externalização do “OUTRO” e a demarcação e identificação do “EU”

para a construção do Estado, e conseqüentemente sua soberania, apontando que:

O ‘lado de fora’ é pária e estranho, misterioso ou ameaçador [...] Conhecendo o OUTRO do lado de fora, é possível afirmar identidades do lado de dentro. Conhecendo as identidades de dentro, é possível imaginar as ausências do lado de fora. (WALKER, 1993, p. 174, tradução nossa).

Assim, em qualquer análise discursiva, os diferentes graus de alteridade que representam, em níveis mais ou menos polarizados ou mais ou menos reconciliáveis, devem ser levados em consideração (ABI-SAAB, 2012).

Figuras de linguagem também apresentam um papel muito importante para a perspectiva pós-estruturalista no processo de composição do discurso, e também na identificação da maneira como este se relaciona com a definição de realidade. De acordo com Leite (2013), estas figuras representam os desvios ou as instabilidades presentes nas construções discursivas e permitem a análise daquilo que está subentendido nos enunciados.

A produção de imagens negativas do “OUTRO” pode ser então incorporada mais facilmente quando associada às ameaças existenciais, estabelecendo com isso, pontes entre o enunciador e o público, a fim de convencer a população da existência de riscos e ameaças. Desse modo, o objetivo das análises de discurso pós-estruturalistas é desconstruir aquelas estruturas passíveis de serem percebidas em um enunciado, desorganizando as “verdades” preconcebidas e tornando aquilo que é apresentado instável (LEITE, 2013).

A partir do que foi exposto, faz-se necessário analisar a retórica discursiva do governo de George Bush, ‘Bill’ Clinton e George W. Bush para que se possa, posteriormente, com base nas ideias de Jacques Derridá sobre a representação da realidade pelos discursos, e da análise de David Campbell da formação da identidade de um Estado, promover uma discussão sobre a retórica na construção da ideia de Terrorismo e a conseqüente formação de uma identidade nacional estadunidense a partir do vazio ontológico vivido na modernidade.

O governo de George Bush (“Bush Pai” - 1989-1993) como o último do período da Guerra Fria teve profundo significado, pois foi em um momento em que a União Soviética já não apresentava uma grande ameaça, por ter tido fim em dezembro de 1991. Com isso, a postura do governo estadunidense perante os novos conflitos, que haviam irrompido no pós-guerra (como a crise na Iugoslá-

via (1992-1995) e a anexação do Kuwait pelo Iraque (1990-1991)), demonstrava que seu principal foco naquele momento era atender aos seus interesses econômicos, e não mais somente a segurança nacional. A partir de uma retórica que os Estados Unidos eram responsáveis por garantir a disseminação de valores e direitos universais pelo mundo, George Bush apontou a Guerra do Golfo como o “perigo” do qual os EUA deveria proteger a humanidade e buscou se posicionar como líder do Sistema Internacional, o que fez ascender uma “nova ordem mundial”.

Percebe-se nos discursos do ex-presidente no momento pós-Guerra Fria que a preservação de uma ideia de que os Estados Unidos podem ter determinados comportamentos, por ser excepcional entre as outras nações. De acordo com Resende, “[...] os Estados Unidos estariam mais preparados e qualificados para assumir responsabilidades que transcendem as fronteiras nacionais e que suas instituições e sistemas políticos e sociais seriam os mais perfeitos e infalíveis” (RESENDE, 2009, p. 237).

Nos discursos de Bush, essa ideia é muito visível quando o ex-presidente afirmou: “A âncora do nosso mundo atual é a liberdade [...]. E a liberdade está no coração da ideia que é América” (BUSH, 1990, tradução nossa)². Demonstra-se assim como a sociedade estadunidense se via como excepcional responsável por propagar a liberdade e a democracia no mundo, sendo assim, toda a sua ação era justificada, pois o governo estava apenas respondendo ao seu “chamado” (LEITE, 2013, p. 44).

Essa percepção de “brilhantismo” estadunidense também está atrelada ao surgimento da nova era mundial. Em 1991, Bush proferiu:

Por dois séculos, a América serviu ao mundo como exemplo inspirador da liberdade e da democracia. [...] E hoje, num mundo rapidamente em transformação, a liderança norte americana é indispensável. Os americanos sabem que a liderança traz fardos e sacrifícios. Mas também sabemos os motivos pelos quais as esperanças da humanidade se voltam para nós. Somos americanos, temos uma responsabilidade única para fazer o trabalho da liberdade. E quando fazemos, a liberdade funciona (BUSH, 1991, tradução nossa)³.

2. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16610>> Acesso em: 07/09/2014

3. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=20544>>. Acesso em: 07/09/2014

Nessa fala, o Presidente não só reafirma que foi essa superioridade estadunidense que foi responsável pela vitória da Guerra Fria, mas também legitima e garante apoio da própria sociedade estadunidense às ações do governo fora de suas fronteiras. Foi a partir dessa lógica que o governo de Bush, defendendo seus próprios interesses de proteger a Arábia Saudita, conseguiu aprovação do Congresso para criar e liderar uma coalizão internacional que expulsaria o exército de Saddam Hussein do Kuwait, do qual foi momentaneamente bem sucedido.

De acordo com Leite, o ex-presidente associava de modo direto o que ele considerava ser a controvérsia da “nova era mundial” à ameaça iraquiana. (LEITE, 2013, p. 54). A concepção de que os Estados Unidos era o responsável por preservar a paz mundial e impedir que o caos assombrasse a humanidade se transporta para o centro dessa questão e do discurso, no qual ocorre uma clara divisão entre bem, personificado pelos Estados Unidos que seria o líder dessa batalha, pois era dotado dos valores morais universais; contra o mal, encarnado na imagem do Iraque e de Saddam Hussein, que era irracional e violento e necessitava conhecer a democracia e a liberdade para também ser do “bem”. Isso é visível quando o presidente fala:

[...] Vencemos a luta pela liberdade na Europa porque nós e nossos aliados nos mantivemos resolutos. Manter a paz no Oriente Médio não exige nada menos. Estamos começando uma nova era. Esta nova era pode estar repleta de promessas, uma era de liberdade, um tempo de paz para todos os povos. (BUSH, 1990, tradução nossa) ⁴.

O rompimento de novos conflitos e a Guerra do Golfo confirmaram que a “nova ordem mundial” não deu fim as guerras e não levou o mundo ao progresso (LEITE, 2013, p. 60). O resultado disso foi que George Bush não conseguiu se reeleger nas eleições de 1992, das quais ‘Bill’ Clinton saiu vitorioso. Uma vez que na chamada “nova ordem mundial” os Estados Unidos não possuíam mais um inimigo estatal (como a URSS durante a Guerra fria), o presidente Clinton construiu, em seus discursos, novas ameaças para, através da contraposição daquilo que elas representam, reforçar a identidade americana (LEITE, 2013). O seguinte excerto de seu discurso inaugural, de 20 de janeiro de 1993, exemplifica a estratégia retórica usada:

4. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18750>>. Acesso em: 07/09/2014

A economia mundial, o meio ambiente, a crise mundial da AIDS, a corrida armamentista mundial: eles afetam a todos nós. Hoje, com o fim de uma velha ordem, o novo mundo é mais livre, mas menos estável. O colapso do comunismo trouxe à tona velhas animosidades e novos perigos. Claramente, a América deve continuar a liderar o mundo que tanto trabalhamos para construir (CLINTON, 1993, tradução nossa).

Ameaças genéricas passam a representar o novo inimigo, que corresponderia “à quebra da ordem, e não necessariamente a um ataque à integridade do território ou à sobrevivência norte-americana no sistema” (LEITE, 2013, p. 76). A frase final do trecho apresentado mostra a tentativa de reafirmação do papel dos Estados Unidos: o de liderar o mundo democrático e liberal que criaram, combatendo o “Outro”, que agora aparece sob a forma de ameaças transnacionais.

Devido à variedade de grupos e atividades que ameaçariam a nova ordem, não há uma definição exata de quais seriam os inimigos dos EUA (LEITE, 2013). No trecho a seguir, de 27 de janeiro de 1998, Clinton aponta perigos distintos daqueles citados em seu discurso inaugural:

A América deve se opor aos apelos envenenados do nacionalismo extremo. Devemos combater um eixo profano de novas ameaças de terroristas, criminosos internacionais e traficantes de drogas. Esses predadores do século 21 se alimentam de tecnologia e do livre fluxo de informações, ideias e pessoas, e eles vão ser ainda mais letais se armas de destruição em massa caírem em suas mãos (CLINTON, 1998, tradução nossa).⁵

Nota-se acima o uso de termos como “eixo profano”, “predadores” e “letais” por parte do presidente para representar a figura do “OUTRO”, ou seja, das ameaças externas. Caracteriza-se o inimigo de tal maneira como forma de reforçar a identidade dos Estados Unidos, que têm, segundo a retórica de ‘Bill’ Clinton, o dever de manter a ordem no Sistema Internacional (LEITE, 2013).

Clinton governou o país de 1993 a 2001, sendo seguido por George W. Bush. Foi durante o primeiro ano de governo Bush que os Estados Unidos sofreram o ataque terrorista do 11 de Setembro, no qual três aviões comerciais controlados por membros da *Al Qaeda*, organização fundamentalista islâmica, foram usados para colidir contra as torres do *World Trade Center*, em Nova Iorque, e o

5. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/states/docs/sou98.htm>> Acesso em: 07/09/2014

Pentágono, em Washington (BERGEN, 2014). Após os atentados, os Estados Unidos iniciaram a chamada Guerra ao Terror. O país invadiu primeiramente o Afeganistão, afirmando que o governo do país havia dado apoio à *Al-Qaeda*. Em 2003 o governo americano invadiu o Iraque, acusando o governo iraquiano de possuir armas de destruição em massa (SHAH, 2003).

Durante o ano e meio entre os ataques e a invasão do Iraque em março de 2003, o presidente Bush, em seus discursos, buscou obter o respaldo tanto da população estadunidense quanto de países democráticos. A estratégia usada pelo então presidente é a de criar a imagem de um “outro” (o mau, não democrático, violento, contrário à liberdade defendida pelos EUA) que se contrapõe à imagem do “eu” (o bem, democrático, civilizado, defensor das causas liberais) (LEITE, 2009). É possível identificar essa contraposição já nos primeiros pronunciamentos de Bush. O excerto a seguir é do discurso proferido pelo então presidente na noite do 11 de Setembro:

A América foi alvo de ataque porque nós somos o farol mais brilhante para a liberdade e a oportunidade no mundo. E ninguém impedirá essa luz de brilhar. Hoje nossa nação viu o mal, o pior da natureza humana. [...] A América enfrentou inimigos antes, e o faremos de novo desta vez. Nenhum de nós jamais esquecerá este dia. Contudo, seguiremos em frente para defender a liberdade e tudo que é bom e justo em nosso mundo (BUSH, 2001, tradução nossa).⁶

Segundo a lógica estadunidense, aqueles países que possuíam governos supostamente autoritários, antidemocráticos e que não faziam parte de sua base aliada promoviam o terrorismo, e estes eram classificados como “Eixo do Mal”, os inimigos (LEITE, 2009). Essa ampliação da imagem do “EU” e do “OUTRO” permitiu que os Estados Unidos justificassem a invasão ao Iraque.

Nosso [...] objetivo é prevenir regimes que financiam o terror de ameaçar a América e nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm estado bastante quietos desde o 11 de Setembro, mas nós conhecemos sua verdadeira natureza. [...] O Iraque continua a exibir sua hostilidade em direção à América e a suportar o terror. O regime iraquiano vem planejando desenvolver antraz, gás asfíxiante e armas nucleares por mais de uma década [...] Estados assim, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, se armando para ameaçar a paz do

6. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>> Acesso em: 07/09/2014

mundo. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes representam um grave e crescente perigo. Eles poderiam fornecer essas armas aos terroristas, dando a eles os meios para demonstrar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos (BUSH, 2002, *tradução nossa*).⁷

O discurso acima, proferido por George W. Bush em 29 de janeiro de 2002 mostra a intenção americana em realçar um “EU” preocupante acerca da segurança internacional e com objetivos de proteger seus aliados contra a ameaça do “OUTRO”, o Iraque aliado dos terroristas que estava desenvolvendo, segundo os Estados Unidos, armas de destruição em massa.

O Mito e a Crise da modernidade

Para compreender como o homem chega a uma crise ontológica é necessário primeiro discorrer sobre o elemento que propõe a explicação da existência do ser e da realidade: o mito. Podemos definir o mito como um sistema ontológico de explicação do mundo e do homem, a partir de uma narrativa ou conjunto de enunciados que revelam o princípio de realidade, ou seja, o mito é um modo de conhecimento, uma intuição compreensiva e uma forma de significação da existência sem exigência de comprovações (GUSDORF, 1980). Consequentemente, “o mito abole a complexidade dos atos humanos, dá-lhes a simplicidade das essências [...] organiza o mundo sem contradições por não ter profundidade, um mundo mostrado na sua evidência; o mito funda uma clareza: as coisas parecem significar elas mesmas” (BARTHES, 1985, p.252, *tradução nossa*). Sendo assim, o mito apresenta-se como uma sabedoria de vida que confirma a existência do ser humano no mundo, a partir da justificação do ser e da realidade, onde o mesmo se encontra. Essa sabedoria de vida pode ser chamada de consciência mítica, na qual o homem consegue se perceber como indivíduo no mundo (PERINE, 2002).

A partir dessas orientações sobre o mito, George Gusdorf (1980) afirma o mito como princípio de realidade que permite a emergência da razão no mundo real. Esses dois elementos (mito e razão) são componentes da afirmação humana e se complementam mutuamente, pois mesmo sendo condenado pela racionalidade, o

7. A íntegra do discurso pode ser lida em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>. Acesso em: 07/09/2014

mito assegura a visão de totalidade do mundo e permite a colocação da razão na existência.

A consciência mítica promove o enriquecimento da razão, pois “não há descontinuidade entre mito e razão, ambos são níveis da consciência humana” (PERINE, 2002, p. 50), responsáveis pela manifestação da realidade e do indivíduo como ser. Segundo Perine (2002):

Os mitos são indispensáveis, tanto para os indivíduos como para as sociedades. Os mitos são como a memória social, que asseguram a reprodução dos comportamentos da espécie humana. A memória social, ou a memória-tradição, é biologicamente indispensável à espécie humana, desempenhando para ela a mesma função que desempenha o condicionamento genético nas sociedades animais (p. 50).

Sendo assim, o mito tem função de rememorar a experiência humana, recordar a sociedade das suas origens e princípios de comportamento e é, portanto, indispensável para a espécie humana (GÓMEZ, 2009).

A partir da origem da filosofia no século VI a.C, o homem, ao refletir sobre a existência do ser e do universo, propõe-se a buscar respostas através de explicações racionais e lógicas do que antes era explicado por meio de mitos. O nascimento dessa nova forma de pensar representa a passagem do mito ao *logos*⁸, na qual o mito foi submetido a análises, numa tentativa de “desmitizar” o mundo em nome da razão. Nota-se que o projeto logocêntrico de compreensão intelectual da ordem causal das coisas, que veio a se instituir no ocidente, tentou ocupar o lugar do projeto “mitocêntrico” de civilização no momento em que se estabeleceu como único veículo através do qual a compreensão da realidade tornara-se possível (CUNHA, 1992).

Contudo, observa-se que a tentativa de ruptura entre mito e razão fracassou, já que o intelectualismo triunfante da modernidade não conseguiu propor uma ontologia universal. A razão categorial como forma de representação é apenas uma fração da realidade em sua multiplicidade e, como categoria de pensamento, ela replica epistemologicamente apenas o dado material e visível, não sendo capaz, por isso, de se auto justificar a não ser teoreticamente, nem fundamentar ontologicamente a realidade concreta⁹. Se, por um

8. Palavra grega que significava relato, linguagem, história e, a partir do filósofo grego Heráclito (535-475 a.C), recebeu o significado de razão, princípio e explicação. Mais em: <<http://www.philosophy.pro.br/logos.htm>> Acesso em: 21 de Set. 2014

9. Para Gusdorf (1980) a realidade concreta é construída por forças convergentes que constituem o todo. A realidade concreta é integral e não abstrata.

lado, a razão triunfa na modernidade iluminista, por outro, até por ter tentado superar seus próprios limites, ela sucumbe como empresa de produção ontológica de sentido, uma vez que se distancia cada vez mais da realidade para categorizá-la e demonstrá-la lógica e empiricamente (MENDES, 2014).

Para Cunha (1992), o logocentrismo ocidental, na sua formulação iluminista, pode ser visto como essencialmente antimítico; mas sua face industrialista e tecnicista, de propor a realização do *logos* no mundo como tecnologia industrial, ao se radicalizar, pode levar o homem de novo a experiência mítica, ou seja, a necessidade de criação de mitos (significantes) capazes de justificar a si e as suas construções históricas.

Gusdorf (1980) afirma que “as nações do Ocidente sofrem porque nenhum sistema mítico pode mais assegurar a unanimidade nelas e entre elas. Elas estão à procura da fórmula do seu equilíbrio vital” (p.310). A busca por essa “fórmula” na sociedade moderna, em sua concepção, se dá por meio da criação de uma unanimidade forjada, já que a razão não é capaz de proporcionar a restituição da totalidade. Esta, por sua vez, está inexoravelmente perdida com a entrada da epistemologia como discurso ou representação categorial da realidade. Tendo por base essa concepção, é possível pensar uma construção de identidade comum, capaz de restituir certa unidade.

Sendo assim, a modernidade encontra no limite da razão a necessidade de reinscrevê-la no mito¹⁰, já que a realidade deve ser compreendida como algo além de suas propriedades físicas e materiais. Daí pode-se considerar que o presumido “equilíbrio vital” seja capaz de apaziguar o desespero ontológico, pois define um sentido que, mesmo sendo artificial, cria uma suposta unanimidade e destrói a soberania incontestável da razão.

Terrorismo, a Identidade Nacional Americana e o Vazio Ontológico

O mito significativo é muitas vezes utilizado pelas nações como ferramenta de justificação da sua existência. Pode-se também observar a utilização desse com objetivo a simular uma iden-

10. É importante ressaltar que segundo Cunha (1992) é necessário fazer uma diferenciação entre os “tipos” de mito, a saber: mito original (em si); mito simbólico (relacionado à religião e/ou escolha religiosa. Toma aspectos transcendentais); e mito significativo (atribuição de significado, como o mito fundacional). Para a análise neste trabalho, utilizamos o tipo significativo de mito.

tidade nacional supostamente conjunta e indivisível. Esse tipo de (re)criação retórica se dá principalmente através das vias de reforço a determinadas características, consideradas gerais, que possuem boa aceitação pela maioria da população. Percebe-se então, a utilização da linguagem como uma forma de expressão por parte dos Estados e como tentativa de forja da união da sociedade civil em torno de determinados aspectos comuns. Por este motivo, os autores da vertente pós-estruturalista das teorias de Relações Internacionais rejeitam nominalmente a condição ontológica do Estado. Eles acreditam que a construção do mito significante das nações possui forte caráter discursivo, dada a sua origem linguística (HALL, 1999).

Percebe-se que a partir da negação da ontologia do Estado, este tende a se reproduzir constantemente a partir de uma construção retórica de sua essência identitária. Dessa maneira, qualquer tentativa de se criar uma identidade mítica para uma nação deve ser considerada apenas uma construção retórica da ideia de nação (HALL, 1999). Nesse ponto, pode-se dizer que há uma aproximação de ideias entre a perspectiva filosófica de Cunha (1992) e a dos teóricos pós-estruturalistas, pois ambos compartilham da visão de que o mito significante é algo, em si, forjado. O mito é então subjugado à função de base para pretensões políticas que visam não somente o controle da opinião pública como também a contenção da população no geral. Dada essa capacidade de substituição do mito simbólico pelo significante, somado à crise da modernidade, a sociedade torna-se mais receptiva a esse mito forjado, tornando-se possível aquietar o desespero ontológico presente nas nações ocidentais (CUNHA, 1992).

Aplicando essa noção ao contexto histórico-reflexivo apresentado, nota-se que os Estados Unidos, ao serem atacados pela primeira vez em seu território continental, sentiram-se de tal maneira ameaçados que explicitaram forte necessidade de reforçar sua identidade e união nacional. É importante ressaltar, porém, que não é a primeira vez que esse fato é observado como tentativa de construção de uma unidade nacional para aplacar o desespero ontológico através da utilização de uma retórica “mitológica”.

Segundo Campbell (1992) a fronteira é uma imagem poderosa e recorrente no discurso político, e principalmente na questão da retórica do mito de formação. No caso dos Estados Unidos, ela é colocada como:

[...] central para a identidade, porque não é apenas um espaço aberto convidativo chamando aqueles que buscam o sucesso, mas também o (sempre mutável) limite entre a 'barbárie' e a 'civilização', caos e ordem, e 'feminino' e 'masculino'. [...] É parte da missão nacional porque mobiliza energias nacionais [...] fornecendo a prescrição para a ação. Ela determina que, para garantir a sobrevivência da "civilização", as forças da "barbárie" devem ser constantemente repelidas, se não forem superadas (CAMPBELL, 1992, p. 146, tradução nossa).

No caso dos Estados Unidos, Campbell (1992) lista que essa retórica é utilizada em momentos para além do século XX, como por exemplo, a chegada de Cristóvão Colombo e a imaginação europeia quanto ao continente americano ser a Ásia ou a oposição das populações europeias iniciais frente os ameríndios e aos negros africanos, colocando-os como "OUTRO" de maneira a ameaçar o estilo de vida do "EU". É nesse sentido, mais especificamente, que assim como qualquer identidade coletiva, a identidade nacional estadunidense pode ser considerada como historicamente criada a partir da rejeição da noção do "OUTRO", tornando automaticamente a identidade dos EUA como algo aceitável e positivo (NYE, 2002).

Pode-se dizer que essa característica histórico-discursiva está presente em toda construção retórica dos Estados Unidos desde sua ascensão como grande potência global, com o fim da Segunda Grande Guerra na metade da década de 1940. É notável que a opinião pública dos EUA sempre foi muito receptiva a ideia de pertencimento a uma terra de liberdade e grandes oportunidades, destinada à grandes feitos. Por isso, os líderes da nação utilizaram dessa receptividade para se apropriarem de discursos que buscassem enaltecer essas "louváveis características", com o objetivo de obter o apoio da sociedade e poder realizar seus projetos (NYE, 2002).

Como mencionado anteriormente, a utilização dessa tática discursiva pelos EUA antecede sua participação nas duas Grandes Guerras. Para promover essas incursões, os Estados Unidos recorreram repetidamente a uma construção retórico-discursiva de um inimigo comum, como aquele que ameaça a terra da liberdade individual, das instituições democráticas e da oportunidade econômica privada. Como exemplo dessa prática tem-se a adoção de um discurso que expressa a imagem dos índios nativos americanos, conhecidos como "peles vermelhas", como hostil e a definição dos britânicos como inimigos durante a Revolução Americana (1765-1783) (CAMPBELL, 1992).

A sociedade inglesa era considerada moralmente inferior e até mesmo decadente quando comparada com a América. Nas colônias do sul, os ministros ingleses eram menosprezados como um ‘grupo de bêbados, hipócritas, canalhas, ladrões, malandros’ [...]. (CAMPBELL, 1992, p.123, tradução nossa).

Essa tática discursiva se tornou mais perceptiva a partir do Século XX. Após a 2ª Guerra Mundial, para que os EUA não pudessem perder essa sensação de coesão nacional, volta-se esse maquinário difamatório contra os Soviéticos, que foram mantidos no posto de inimigo até o fim da Guerra Fria (NYE, 2002).

Após o fim das estruturas que definiam o momento de Guerra Fria, os EUA perdem esse inimigo presente no imaginário da população. Essa situação gerou um problema na medida em que todas as políticas do governo encontravam justificativas, ainda que minimamente, nessa ideia de inimigo comum. A perda desse inimigo leva a uma baixa na coesão nacional e a um enfraquecimento da identidade estadunidense. Assim, esta identidade fica exposta a limitação epistemológica da razão, ou seja, fica cada vez mais clara a incapacidade que um discurso construído racionalmente tem ao tentar estabelecer consigo mesmo uma relação ontológica. Este vazio ontológico, gerado pela ausência de uma contrapartida à identidade nacional e conseqüentemente, uma ausência de sentido à coesão da nação, leva a uma crise na sociedade civil americana.

A retórica da construção de um mito significante deixou de ser consistente e perdeu sua característica agregadora. Por este motivo em 2001, com o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, a reação do governo dos EUA foi uma tentativa de resgatar essa noção de um “inimigo comum” que havia sido perdida na década anterior. Com isso, em seus discursos após o ataque, o termo terrorismo é popularizado, e a figura do terrorista passa a ser a encarnação do mau, como aquele que ameaça a liberdade. Vemos que as numerosas utilizações da expressão “terrorismo” (e seus derivados como “Guerra ao Terror”) após 2001 são justificadas pela (re)forja do mito significante, tornando capaz de convencer os indivíduos a considerar os discursos do Estado como verdadeiros.

Desse modo, essa utilização retórica da palavra terrorismo teve impacto na sociedade estadunidense, promovendo grande apoio popular a ponto de tornar possível ao presidente Bush comandar uma “grande caçada mundial” aos terroristas que ameaçaram a paz nos Estados Unidos (NYE, 2002). O impacto dessa tática

retórico-discursiva, acredita-se, deveu-se principalmente ao longo período de ausência deste inimigo comum. Como consequência disso, viu-se a oportunidade de se apaziguar o desespero ontológico, há muito tempo presente, através da criação retórica de um novo inimigo de todos os valores dos EUA. Assim, legitimou-se o discurso que visava acabar com as contradições existentes na população como um todo, que se uniu em torno de um objetivo maior, encarnando uma luta entre “bem” e o “mau”.

Considerações finais

Dados os aspectos apresentados no texto, percebe-se que a construção da identidade estadunidense, em certa medida, embasou-se na construção retórico-discursiva da dicotomia entre o “Eu” e o “Outro”, a partir da forja de um mito simbólico em mito signifiicante. Com efeito, a criação deste mito é responsável pela coesão social identitária de uma nação, tendo em vista que a teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais desconsidera a existência de uma ontologia estatal (RESENDE, 2011).

Consoante Gusdorf (1980), uma das consequências centrais do intelectualismo triunfante da modernidade é a presença impertinente do desespero ontológico, ou seja, de um desequilíbrio vital que deriva do limite epistemológico da razão. Essa condição de esvaziamento somente pode ser aquietada, no contexto histórico, quando o mito é artificialmente gerado. No caso dos Estados Unidos, observa-se, com o fim da URSS, a ausência de um ‘inimigo’ que fosse capaz de permitir o discurso acerca da dicotomia entre o “EU” e o “OUTRO”. Dessa maneira, a sociedade estadunidense cai em uma espécie de vazio ontológico, o que a torna mais susceptível, após os ataques de 11 de Setembro, a um discurso que coloca a figura do “terrorista” no lugar do “inimigo” de seus valores (NYE, 2002).

Nesse sentido, os Estados Unidos apropriam-se da ideia de rejeição do “OUTRO”, como a encarnação do mau e aquele que nega os valores do “EU”, que é bom e detentor da liberdade e oportunidade. Dessa forma, busca-se aparentemente angariar apoio populacional para a realização de seus projetos políticos. Os discursos de Bush e a retórica da palavra “Terrorismo” e da expressão “Eixo do Mal” concebem Osama Bin Laden e governos do Afeganistão e Iraque como a materialização do “OUTRO”, responsável por “perturbar e amedrontar” o Sistema Internacional. Reforça-se assim, o

mito forjado e conseqüentemente a identidade americana, promovendo uma maior coesão nacional em torno das aspirações políticas e sociais (NYE, 2002).

Referências

ABI-SAAB, Mariana. Narrativas de espacialidade no discurso do presidente Chávez: formação de identidades e políticas. **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 5, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20321/20321.PDF>> Acesso em: 12 Set. 2014

BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris, Seuil, 1985.

BERGEN, Peter L. **September 11 attacks**. Encyclopedia Britannica. 2014. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/762320/September-11-attacks/301276/The-aftermath>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 31 de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18095>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 29 de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19253>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George W. **Address to the nation on the terrorist attacks**. The American Presidency Project. 11 de Setembro, 2001. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 29 de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CAMPBELL, David. **Writing security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CLINTON, William J. **Inaugural Address**. The American Presidency Project. 20 de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=46366>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 27 de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56280>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CUNHA, José Auri. **Filosofia: Iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, 1992.

GÓMEZ, Salustiano Alvarez. **A religião como fenômeno antropológico: elementos constitutivos dos fenômenos religiosos**. PUC MINAS. 2009

GUSDORF, George. **Mito e metafísica**. Trad. Hugo de Prímio Paz. São Paulo: Convívio, 1980.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP & A, 1999.
- HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian War**. London, Routledge, 2006.
- LEITE, Lucas Amaral Batista. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**. v.8, n.16, 2009, p.27-59.
- LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96025/leite_lab_mar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 Set. 2014.
- MENDES, Cristiano; FURTADO, Henrique. **Tempo e repetição nas teorias de Relações Internacionais**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.2,p. 201-216,maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/25297>>Acesso em: 6 Set. 2014
- MENDES, Marli. **Notas de Aula da Disciplina de Filosofia I**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 12 Set. 2014
- NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L. FERNANDES, E. **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf> Acesso em: 12. Set. 2014
- NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. UNESP, 2002.
- PERINE, Marcelo. Mito e Filosofia. **Philosophos - Revista de Filosofia**, v. 7, n. 2, jan. 2008. ISSN 1982-2928. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/3159>>. Acesso em: 12 Set. 2014.
- RESENDE, Erica. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas de política externa norte-americana**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28102009-094933/>>. Acesso em: 12 Set. 2014
- RESENDE, Erica. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. In: SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (orgs). Coleção Relações Internacionais, vol. 2, 2011. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/view-content.cgi?article=1273&context=eloi>> Acesso em: 12 Set. 2014.
- SHAH, Anup. **War on Terror**. Global Issues. 2013. Disponível em: <<http://www.globalissues.org/issue/245/war-on-terror#PresidentBushlosingthearonterror>>. Acesso em: 07 Set. 2014.
- WALKER, Robert. **Inside/outside: International Relations as political theory**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.